



Correio Manhã

16-12-2018

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Política

Dimensão: 945 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/30

DESPESAS DE VIAGENS P.30

FISCO PROTEGE DEPUTADOS SUSPEITOS DE FRAUDE

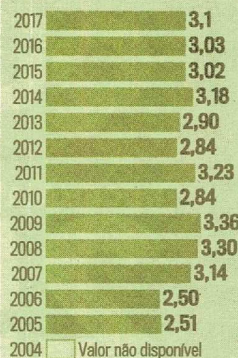
PARLAMENTO



O Tribunal de Contas levantou, no parecer da conta de gerência de 2017 da Assembleia da República, a suspeita de que os deputados não terão pago impostos

Evolução das ajudas de custo

em milhões de euros



TOTAL 2005-2017 38,95

Fonte: Orçamentos anuais da Assembleia da República

Fisco protege deputados sob suspeita de fraude

POSIÇÃO Finanças recusam esclarecer se parlamentares têm de pagar IRS sobre ajudas de custo para despesas de transporte

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Fisco recusa esclarecer se os deputados têm de pagar impostos sobre as ajudas de custo que receberam da Assembleia da República (AR) para pagarem despesas de transporte. A luz da suspeita de eventual fuga fiscal levantada pelo Tribunal de Contas (TdC), os deputados poderão não ter pago IRS sobre cerca de 40 milhões de euros que receberam da AR, entre 2004 e 2017, para compensar os gastos com transportes.

A suspeita de que os deputados poderão estar há 14 anos sem pagar IRS sobre essas ajudas de custo, nos termos do artigo 2º, nº 3, alínea d) do Código do IRS, foi levantada pelo TdC no parecer sobre a conta de 2017 da AR. No

centro da suspeita está a resolução da AR nº 57/2004, que dispensa os deputados de apresentarem os comprovativos das despesas de transporte.

Segundo o parecer do TdC, em 2017, os parlamentares poderão não ter pago impostos sobre 3,1 milhões de euros.

DESDE 2004 PODERÁ FALTAR O PAGAMENTO DE IRS SOBRE 40 MILHÕES €

Como a eventual fraude fiscal remonta a 2004, os deputados poderão não ter pago IRS sobre quase 40 milhões de euros (ver infografia).

As escutas telefónicas ao deputado do PSD Sérgio Azevedo, na operação Tutti Frutti (sobre alegados benefícios a militantes do

PSD) revelam, segundo a edição de ontem do "Sol", que deputados do PSD e do PS terão recorrido a esquemas relacionados com falsas presenças no Parlamento e viagens fantasma.

O TdC considerou que "a questão da eventual tributação é matéria da competência da Autoridade Tributária". Questionado pelo CM, o Ministério das Finanças informou que o Fisco não vai esclarecer se os deputados têm de pagar IRS sobre as ajudas de custo para despesas de transporte, nem se abriu um eventual inquérito. Já o secretário-geral da AR, Albino Azevedo Soares, afirmou que o parecer do TdC está "a ser objeto da análise que lhe é devida".

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

SAIBA MAIS

230

é o número de deputados na Assembleia da República. PS, PSD, BE, CDS-PP, PCP, Verdes e PAN são os partidos representados no Parlamento. No próximo ano, em outubro, serão realizadas eleições legislativas.

Orçamento 2019

O Orçamento da Assembleia da República para 2019 prevê que os deputados tenham 3,14 milhões de euros em ajudas de custo, que serão destinadas ao pagamento de despesas de transporte. Para 2018, estavam previstos 3,69 milhões de euros no orçamento.

Seguro de saúde vai ser extinto

A Assembleia da República (AR) vai eliminar o seguro de saúde dos deputados. A decisão foi do conselho de administração. Ferro Rodrigues, líder da AR, disse que o parecer do TdC deve ser respeitado.



Ferro Rodrigues, líder da AR

